

CURSO DE MONITORAMENTO DE BASE COMUNITÁRIA

FASCÍCULO 3

Educação Ambiental



AMAZÔNIA
2.0 Conectado
por nossas
florestas

CURSO DE MONITORAMENTO DE BASE COMUNITÁRIA

FASCÍCULO 3



Financiado por



Parceiros



Elaboração:

Vera Olinda Sena de Paiva
José Frankneile Silva
Billyshelby Felquis dos Santos
Estevão Ribeiro
Maria Luiza Ochoa
Paula Lima Romualdo
Julieta Matos Freschi

Colaboração:

Aldalúcia Ferreira
Ana Cláudia Salomão

Revisão técnica:

Carolle Alarcon
Karen Podvin
Braulio Buendía

Coordenação editorial:

Alessandra Arantes
Viviane Junqueira

Adaptação pedagógica:

Viviane Junqueira dos Santos

Edição:

Viviane Junqueira dos Santos
Alessandra Arantes

Design instrucional:

Vivianne Amaral

Revisão ortográfica:

Luciana Arantes

Projeto gráfico e editoração:

Alessandra Arantes

Ilustrações:

AUÁ Mendes

Tradução a línguas indígenas:

Shelton Lima de Souza
(Nuku tsaĩ do povo Jaminawa)
Joaquim Paulo de Lima Kaxinawa
(Hãtxa kuĩ do povo Huni kuĩ)
Jaime Sebastião Prishico Manchineri
(Manchineri)



SUMÁRIO

Apresentação	5
O Projeto Amazônia 2.0	10
Você Conhece a CPI-Acre?	12
Vou te Mostrar o que é Monitoramento Territorial	14
O que é o Curso de Monitoramento Comunitário?	18
Como o Curso foi Preparado?	19
Fascículo 3: Educação Ambiental	20
O que é Educação Ambiental?	21
Tema 1 - Manejo da Água	23
Lista de Siglas	32
Referências	33
Para Saber Mais	36

Apresentação

Somos a Associação UICN – Brasil, uma organização composta por instituições do governo e da sociedade, criada para contribuir com a conservação da natureza em todo o mundo. Somos reconhecidos por nosso trabalho e sabemos como é importante cuidar da natureza.

Temos 42 anos de existência e apoiamos os povos indígenas em suas lutas pela conquista e o exercício de seus direitos, valorizando sua língua e cultura. Ao longo desses anos, realizamos ações educativas de gestão do meio ambiente e dos territórios. Também influenciamos a criação de políticas de educação, de saúde, gestão territorial e ambiental e cultural. Em nossa atuação, demos prioridade para formar lideranças indígenas como protagonistas de suas lutas.

Com base em nossas experiências, criamos um curso de formação de monitoramento do território para os monitores do Projeto Amazônia 2.0 no Brasil, voltado para o fortalecimento da gestão do território e das florestas nas áreas de atuação da iniciativa Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) que há mais 20 anos se realiza no Acre.

Esta formação, realizada em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), é um dos pilares da educação indígena, para a realização de trabalhos de manejo e conservação dos recursos naturais, valorizando seus modos e culturas. Depois de formados, os agentes agroflorestais indígenas podem vigiar seus territórios e acompanhar a situação dos recursos naturais e da gestão dos ambientes das suas Terras Indígenas.



Casa dos Autores/CPI-Acre
Foto: Leilane Marinho



Os personagens

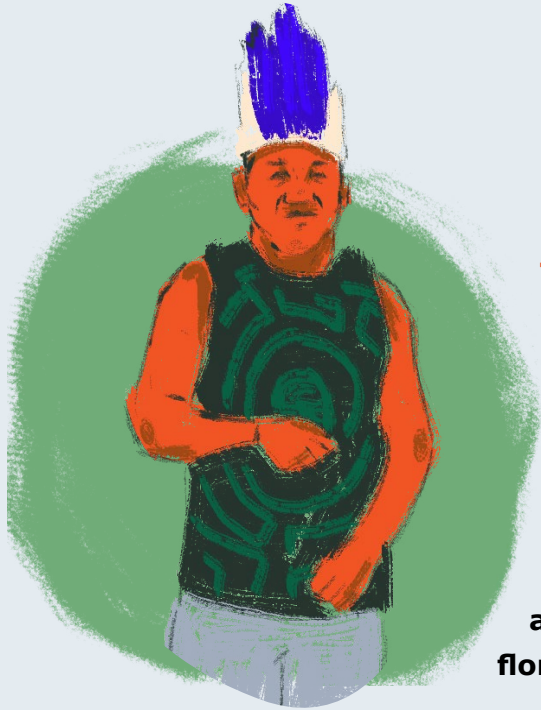
Para apoiar e facilitar o aprendizado dos assuntos criamos personagens e símbolos que vão nos acompanhar durante todos os conteúdos desta cartilha. Cada um deles vai nos ajudar a entender melhor algum assunto. **Vamos conhecê-los?** Eles foram inspirados nas comunidades indígenas do Acre e estão aqui para garantir que todas as informações sejam plenamente compreendidas.



Sirlene Huni-Kuin: Tenho 25 anos e sou a liderança que representa os jovens estudantes na comunidade e orienta sobre questões importantes e o futuro da Terra Indígena. Também sou defensora da escola da comunidade, onde já fui professora. **Aqui na cartilha, apresento alguns temas importantes.**

Cleumar Manchineri: Tenho 53 anos, estou me formando como Agente Agroflorestal Indígena e conheço profundamente o território. Ajudo a preservar os conhecimentos do meu povo e da cultura indígena. **Aqui na cartilha faço perguntas e apresento informações sobre o monitoramento comunitário.**





Jonas Kulina-Madjá: Tenho 46 anos e sou liderança na comunidade. Tenho muito interesse em aprender mais sobre o meio ambiente e como as tecnologias ajudam a proteger o território. Sou um articulador, busco envolver a comunidade nas discussões importantes sobre a organização do território.

Aqui na cartilha chamo a atenção para os assuntos mais importantes para os povos da floresta.



Marcos Jaminawá: Tenho 21 anos, sou alegre, brincalhão e gosto de estudar. Gosto muito de jogar de futebol e de computadores. Estou sempre disposto a ajudar nas atividades da comunidade e tenho curiosidade em aprender novos conhecimentos, especialmente aqueles ligados à organização do território, meio ambiente e tecnologias. **Aqui na cartilha apresento os conteúdos de tecnologia e Decretos.**

Teresa Nunes Pacaia: Tenho 18 anos, sou curiosa, animada e tenho vontade de aprender. Quando minha irmã mais velha virou agente de saúde, isso despertou meu interesse em ajudar a melhorar a vida da comunidade. Estou iniciando minha participação na vida política, vou nas reuniões e atividades comunitárias. Sou uma das monitoras do Programa Monitora (o programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade) onde tenho aprendido sobre as questões ambientais e do território. **Aqui na cartilha faço algumas perguntas e convido os colegas a praticarem os aprendizados.**



Quadros e caixas de destaque

Estes recursos irão te orientar e facilitar a §§“navegação”, deixando leitura mais clara.

Atente-se para eles e observe como exercem funções diferentes:



FIQUE ATENTO

Destaque de pontos importantes



VAMOS LER?

Convite à leitura de textos.



PARA SABER MAIS

Outras referências para consulta.



CONHECENDO AS PALAVRAS

Glossário dos termos técnicos importantes.



SABERES INDIGENAS

Destaque para práticas e saberes indígenas



APRENDER FAZENDO

Atividades de reforço dos conteúdos.

O PROJETO AMAZÔNIA 2.0

As atividades do Amazônia 2.0 acontecem em 6 países da Amazônia: Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname e seu objetivo é fortalecer modelos de governança da floresta nos territórios indígenas e comunidades rurais e tradicionais que vivem na Amazônia.

A ideia é firmar um modelo de monitoramento comunitário que tenha origem nos habitantes da floresta. Os povos da floresta dependem da gestão organizada e transparente de seus recursos para alcançar a qualidade de vida que merecem para serem cercados por uma formidável riqueza natural e cultural.

6 países da Amazônia

- A Equador
- B Colômbia
- C Peru
- D Guiana
- E Suriname
- F Brasil



Parque Estadual Chandless
Foto: Sergio Garrido, UICN,
Proyecto IAPA, 2016

No Brasil, o Amazônia 2.0 é implementado em 3 territórios no estado do Acre, onde vivem os povos Kaxinawa, os Madijá, os Manchineri, os Jaminawa e também os ribeirinhos.



Acre



Terra Indígena Alto Rio Purus

Povos: Madja (Kulina) e Huni Kuin (Kaxinawá)
50 aldeias: 25 Madja (Kulina) e 25 Huni Kuin

Parque Estadual Chandless

Área: 670 mil ha (correspondente a 4,23% do território do Acre)
Pessoas beneficiadas: 67 entre adultos e crianças (11 famílias)

Terra Indígena Mamoadate

Povos: Manchineri e Jaminawa e um número não conhecido de indígenas isolados Mashco-Piro
16 aldeias: 12 Manchineri e 4 Jaminawa

Juntos, os 3 territórios formam

+ de 1 milhão de hectares de florestas.

0,28% dessas áreas estão desmatadas.





VOCÊ CONHE A CPI-ACRE?

Nós já vimos que a **Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)** sempre esteve envolvida com a educação indígena, mas em 1997 ela criou oficialmente a primeira escola de formação de indígenas: o Centro de Formação dos Povos da Floresta. O Centro é registrado como a primeira Escola de Professores Indígenas do Estado e no Brasil.

O Centro de Formação dos Povos da Floresta tem dois currículos de formação aprovados oficialmente:

- Proposta Curricular Bilíngue Intercultural para a Formação de Professores Indígenas do Acre
- Proposta Político-Pedagógica e Curricular de Formação Profissional e Técnica dos Agentes Agroflorestais Indígenas (ensino médio).

O curso de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas é iniciativa pioneira no Brasil indígena, como experiência de formação técnico-profissional em gestão territorial, sob a responsabilidade e a autoria de uma ONG.

Além da formação, a CPI-Acre também oferece assistência técnica aos AAFIs, realizado e coordenado pelo Programa de Gestão Territorial e Ambiental. O AAFI é um profissional que exerce importante função junto às suas comunidades, veja algumas:



Informa seus grupos a respeito dos assuntos do meio ambiente atuais.



Realiza projetos relacionados à outras áreas como educação, cultura, saúde e à diversificação das fontes alimentares e das alternativas econômicas.



Organiza as discussões e na implementação de práticas de manejo, uso e conservação da biodiversidade nas TIs e entorno.



Alojamento do CFPF
Foto: Mauro Maciel

VOU TE MOSTRAR O QUE É MONITORAMENTO TERRITORIAL

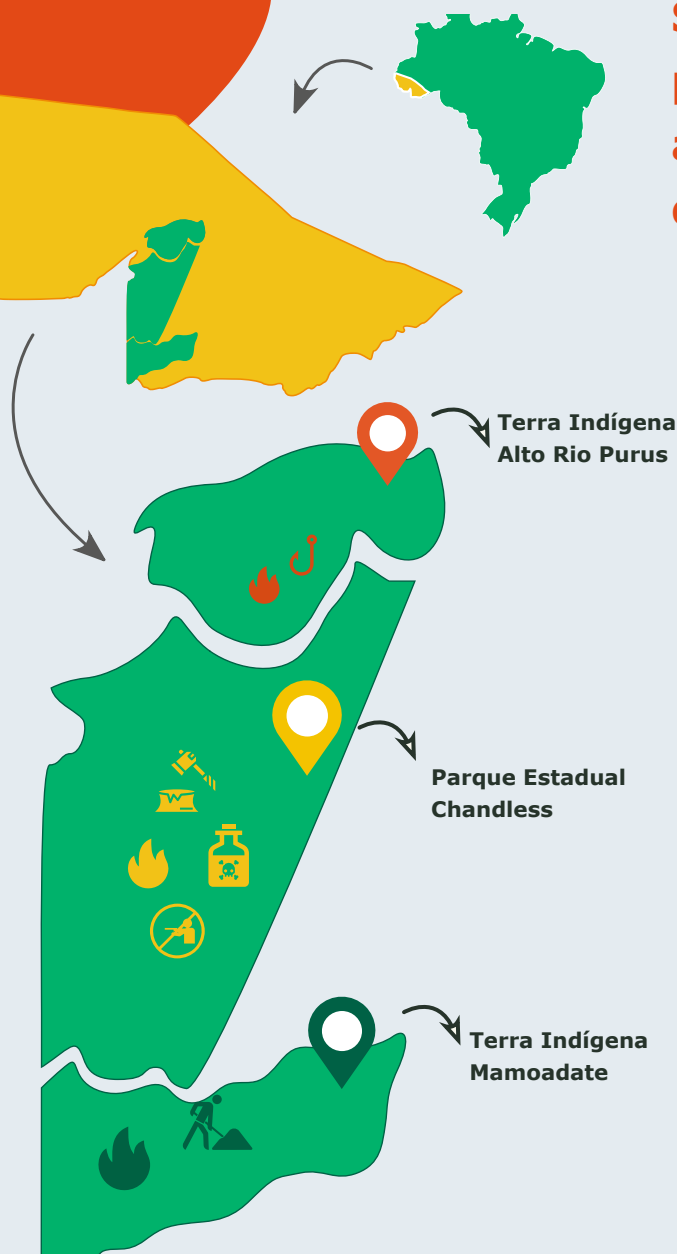
Quando queremos cuidar do território, uma das tarefas de maior desafio é a vigilância e a defesa. Embora esta seja uma tarefa da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e a nível estadual, ao Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac), atualmente ela não é concretizada por estes órgãos.

Algumas terras indígenas são imensas e é fácil imaginar a dificuldade para evitar invasões e roubo de recursos da floresta como madeiras nobres, caça, pesca, entre outros.

Oficina PSA CPI
Foto: Nilson Tuwe



Saiba quais são as principais pressões e ameaças aos territórios do Projeto.



Queimada



Desmatamento



Caça Ilegal



Pesca Ilegal



Narcotráfico



Construção de Rodovias

Saberes Indígenas:



"O trabalho desse mapeamento é uma coisa muito importante. A gente tem hoje um trabalho de vigilância e fiscalização da nossa terra. (...) Com esse trabalho, a gente está fazendo esse diagnóstico geral que é uma coisa muito importante porque, a gente vai poder identificar cada ponta da nossa terra".

FI Benki Pianko, Ashaninka.

As atividades de vigilância e fiscalização são fundamentais de serem realizadas em certas épocas do ano. Os AAFIs orientam as pessoas sobre práticas de proteção, uso sustentável, conservação e preservação dos recursos naturais. Por ser da comunidade e ter formação, ele atua de forma rápida e com diálogo, buscando alternativas para enfrentar as invasões e seus problemas.

O AAFI age antes que as situações possam causar danos ao meio ambiente, monitorando e avaliando as condições socioambientais, em conjunto com a comunidade e instituições. O monitoramento ajuda a proteger o território e entorno para impedir as explorações ilegais de caçadores, pescadores, madeireiros, explorações florestais, transporte e comércio de plantas (biopirataria), desmatamentos e queimadas em suas terras e entorno.

“Os AAFIs orientam as pessoas sobre práticas de proteção, uso sustentável, conservação e preservação dos recursos naturais”.

XXVI Curso de Formação
de AAFIs / 2019
Foto: Leilane Marinho





Saberes indígenas:

“Fazemos uma reunião anual que fazemos um balanço das ações que foram realizadas durante o ano relativas à pesca, caça, retirada de árvores, brocas, roçados implantados, produção de farinha (16 casas de farinha na TI) e outras variedades. Tudo isso é feito de acordo com o plano de gestão da TI Poyanawa. Outra parte do meu trabalho é a fiscalização e vigilância, monitorando caçadores e retirada de madeira” .

AAFI José Marcondes Rosa, 2017.

Muitos dos AAFIs participaram do curso de Agente Ambiental Voluntário oferecido (AAV) pelo Ibama, e assim podem aplicar Autos de Constatação. Sempre que for constatada uma infração prevista na legislação ambiental, o AAFI poderá registrar o Auto e encaminhá-lo às Gerências Executivas do Ibama que adotarão as medidas administrativas.

O trabalho dos AAFIS na vigilância e fiscalização territorial é uma ação diária, envolvendo melhorar o próprio conhecimento sobre as leis ambientais do País e a orientação de outras pessoas.

Como protagonistas de uma ação político-educacional propositiva, os AAFIs vêm contribuindo para a prática de fiscalização e vigilância dentro e também no entorno de suas terras. A mobilização dos AAFIs que vivem em TIs na faixa de fronteira tem feito a mobilização em defesa de seus territórios e dos limites da nação brasileira.



Agentes Ambientais no CDP
Foto: Marina Rabello

O QUE É O CURSO DE MONITORAMENTO COMUNITÁRIO?



A proteção territorial garante aos povos indígenas permanecerem em seus territórios, assegurando seus direitos e qualidade de vida. Assim está escrito no Artigo 231 da Constituição Federal e na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Também existem Leis que dão garantias de território aos povos indígenas, populações e comunidades tradicionais, mas devido às dificuldades na gestão pública, a floresta, a biodiversidade, as Terras Indígenas (TI) e as Unidades de Conservação (UC) estão fortemente ameaçadas.

Por essa razão é fundamental que lideranças e outros comunitários sejam capazes de monitorar e conservar esse rico patrimônio, então, para proteger os territórios indígenas e tradicionais do Acre e do Brasil, o Curso de Monitoramento Territorial aqui apresentado, **foi estruturado para:**

1

Ampliar conhecimentos e facilitar a compreensão e reflexão sobre a realidade dos indígenas, dos extrativistas e do ribeirinhos que participam do Projeto Amazônia 2.0.

2

Apresentar novas informações e tecnologias para monitorar e proteger os territórios (aplicativos, mapas, as medidas legais institucionais de garantir a proteção territorial).

COMO O CURSO FOI PREPARADO?



Os assuntos estão organizados de forma a apresentar as realidades dos participantes das Terras Indígenas Mamoatede, e Alto Purus – povos Manxineru, Jaminawa, Huni Kui e Madija e do Parque Estadual Chandless - participantes das populações tradicionais – extrativista e ribeirinhos.

Os fascículos foram elaborados por um grupo de assessores técnicos, membros da CPI-Acre, com diferentes experiências e formação profissional (geógrafos, antropólogos, biólogas, zootecnista, engenheiro florestal, professora, gestor ambiental) e refletem diferentes formações e experiências no planejamento e avaliação das aulas.

O curso foi dividido em três fascículos e cada um deles está organizado da seguinte forma:



FASCÍCULO 1

Monitoramento de Base Comunitária



FASCÍCULO 2

Governança e Gestão do Meio Ambiente e do Território



FASCÍCULO 3

Educação Ambiental



FASCÍCULO 3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Esse fascículo foca na Educação ambiental, um processo que forma pessoas para que entendam os problemas ambientais e busquem a conservação desses recursos, por meio de uma visão geral que aborda diferentes aspectos, como econômicos, sociais, políticos, ecológicos e éticos. Falar sobre Educação Ambiental é falar sobre educação, acrescentando a dimensão ambiental, contextualizada e adaptada à realidade de cada local.

O QUE É EDUCAÇÃO AMBIENTAL?



A Educação Ambiental é uma ação de educação que não termina, é uma compreensão sobre os cuidados importantes e a gestão dos recursos naturais. Esse aprender sempre leva a um saber sobre o meio ambiente, que ajudam nas tomadas de decisão. As boas escolhas ajudam a construir o bem viver nas Terras Indígenas (TI) e Unidades de Conservação (UC).

A Educação Ambiental deve estar presente em todas as áreas e níveis da educação no Brasil, desde a educação infantil até a educação para adultos. (PNEA – Lei n.º 9.795/99, Art. 2º).

Aonde queremos chegar?

Queremos propiciar **debates e trocas de conhecimentos, informações sobre realidades locais dos monitores**, buscando pontos comuns e diferentes em relação aos desafios da gestão das águas pelos povos indígenas e comunidades tradicionais das Terras Indígenas e das Unidades de Conservação.

Também queremos avaliar as **possibilidades locais e regionais** de atuar diretamente na mudança de situações consideradas problemáticas, pensando nas ameaças e na interação com o entorno das áreas protegidas, para o bem viver das comunidades.

“Aprender sobre educação ambiental ajuda a fazer boas escolhas para a comunidade”

O que vamos aprender aqui?



Recursos Hídricos



"Educação ambiental é saber de tudo que vem acontecendo no nosso planeta. Faz parte os alunos saberem a importância de cuidar da terra, não poluir, cuidar da água, não jogar lixo na nossa área de trabalho e nem na aldeia. É cuidar de seu próximo, ter educação com a natureza".

AAFI Ismael Menezes Brandão Shanenawa - XXV
Curso de Formação de AAFIs. CFPF, 2018.



Os recursos
hídricos são
as águas que estão
nas superfícies ou
debaixo da terra
(Águas Subterrâneas)

TEMA 1 – MANEJO DA ÁGUA

Os recursos hídricos estão disponíveis para uso das comunidades e seus modos de uso das terras para o plantio. **As águas subterrâneas** também são chamadas de lençol freático que funciona como um grande reservatório de água doce, como se fosse uma grande caixa d'água escondida debaixo da terra.

A água é um recurso chamado de renovável, ou seja, que sempre está disponível para as comunidades utilizarem. Os povos que habitam a floresta têm água disponível em abundância, o que nós chamamos de fartura.

Já nas cidades, é muito diferente, lá, os rios foram modificados ou até mesmo aterrados. O esgoto e produtos químicos são lançados diariamente nos rios e igarapés e o que tinha de floresta foi em grande parte retirado e toda a dinâmica natural dos recursos hídricos foi alterada, tornando os cursos d'água poluídos e contaminados.



Com a floresta é diferente, as águas são saudáveis e não causam problemas à saúde da população. Mas nem toda floresta está livre de sofrer contaminações. Sabemos que existem no Brasil parentes que moram em TIs onde ocorre o garimpo ilegal e que a extração degradadora nestes locais leva à contaminação das águas superficiais e subterrâneas. Algumas aldeias usam agrotóxicos para produzir alimentos e que também contaminam as águas e o solo.

Têm casos em que a aldeia, ou a comunidade, não tem o cuidado de fazer privadas e as fezes das pessoas são acumuladas em locais errados, o que pode levar à contaminação de cacimbas e igarapés. A mesma situação acontece com as aldeias onde se criam porcos soltos e que fazem suas fezes de qualquer jeito.



Fique atento!

A formação na área de monitoramento do território é parte de uma estratégia mais ampla de proteção da área que acontece com diferentes ações, sendo algumas comunitárias e outras que competem ao poder público. As ações devem buscar o bem viver dos povos indígenas e populações e comunidades tradicionais em seus territórios e sempre pautadas na participação, no protagonismo e na autonomia do povos e suas decisões.



Aprender fazendo:

Como fazer para manejar os recursos hídricos das aldeias, para que as famílias possam continuar a ter água em fartura e de boa qualidade?

Visita às fontes de água potável da comunidade:

Vamos aprofundar na discussão dos recursos hídricos presentes nas aldeias. E organizar um diagnóstico das águas potáveis, ou seja, daquelas águas disponíveis em qualidade e quantidade para o consumo das famílias.

Para facilitar que todos os participantes façam um bom diagnóstico, é importante fazer uma visita às fontes de água potável da aldeia, como cacimbas, igarapés e outras fontes que usam para abastecer as famílias. Depois da visita, vamos registrar o que vimos.

Diagnóstico das águas potáveis:

Para ajudar na atividade de diagnóstico das águas potáveis, vamos usar as perguntas abaixo na organização das informações para cada aldeia.

- 1) Qual é o nome da aldeia?
- 2) Tem quantas cacimbas na aldeia?
- 3) A água da cacimba serve para que tipos de uso das famílias?
- 4) A água do rio serve para que tipos de uso das famílias?
- 5) A água do igarapé serve para que tipos de uso das famílias?
- 6) Como é feito o tratamento das águas para consumo humano?

Diagnóstico das águas potáveis:

- 7)** A água potável é suficiente para o consumo das famílias? Se não é, o que pode ser feito para melhorar?
- 8)** Como é a limpeza das cacimbas?
- 9)** As cacimbas estão cercadas?
- 10)** O que pode ser feito para melhorar a estrutura das cacimbas?
- 11)** A sua aldeia tem poço artesiano? Ele funciona bem? O que pode ser feito para melhorar o funcionamento do poço artesiano?

Perguntas iniciais para a ações em gestão integrada e monitoramento da poluição de recursos hídricos:

- 1)** Ocorre a poluição de fontes de água usadas pela aldeia por conta do entorno (ex. município, pastos, fluxo intenso de embarcações)?
- 2)** Que ações podem ser feitas para reduzir esse problema?
- 3)** Que estratégias de monitoramento podem ser feitas para avaliar esses problemas?
- 4)** Há espaço para diálogo com os vizinhos e com as prefeituras, por exemplo?



Mapa dos recursos hídricos da comunidade:

Agora que já conhecemos a situação das águas na aldeia, vamos fazer um mapa dos recursos hídricos da aldeia, que ilustra, pelo menos a localização de: rios, igarapés, cacimbas, igapós, privadas, e caso tenha, poços artesianos.

Diagnóstico das privadas na aldeia:

"Na minha comunidade, Jaminawa, a privada é feita em terra baixa, porque se fizermos em terra firme, se chover cairá na cacimba, ninguém pode fazer a privada perto da cacimba e nascente. O lixo que é usado na privada é colocado na lixeira, para que os animais, como galinhas e porco não mexam. Então, eu como AAFI, a liderança, o AISAN, o Agente de Saúde, informamos para nossa comunidade".

AAFI Paixão Rubens Jaminawa -XXV Curso de Formação de AAFIs. CFPF, 2018.

"Na minha aldeia, tiramos as privadas da parte de cima da terra, colocamos abaixo da cacimba de onde pegamos água para beber. Construimos as privadas fechadas com tábuas e cobertura de segurança, para evitar a água da chuva. Dentro, faz uma caixa de madeira com tampa para evitar as moscas, a porta tem que ter segurança".

AAFI Valmar José Silva Pereira Kaxinawa - XXV Curso de Formação de AAFIs. CFPF, 2018.





Aprender fazendo:

Depois de ler esses dois relatos sobre manejo de privadas apresentadas por dois parentes, vamos pensar como está a situação de cada aldeia.

Como atividade, vamos fazer um diagnóstico das privadas na aldeia.

Cada participante vai levantar as privadas que existem na sua própria aldeia. A melhor forma para ajudar nesta atividade, é organizar a contagem das privadas listando os nomes das famílias da comunidade e depois, indicar se tem ou não privada e registrar onde elas estão localizadas e anotar a distância das moradias. O quadro abaixo serve de referência para ajudar na organização das informações:

Nº	Nome da família	Tem privada?	Onde fica a privada?	Distância

Elaboração de texto e ilustração:

Terminada a apresentação, os participantes vão escrever um texto, respondendo a três perguntas:

- Como está a situação das privadas nas aldeias?
- Como é o manejo realizado de limpeza e conservação das privadas?
- O que é possível fazer para melhorar a situação?

Além do texto, faça um desenho sobre a temática.

Debate:

Vamos propor diálogos na comunidade para refletir e entender sobre os cuidados com os resíduos das aldeias, que são uma responsabilidade muito importante a ser assumida por todas as pessoas da comunidade.

AIS, AISAN, AAFIs, professores, lideranças, monitores e outras pessoas vão orientar e apoiar. As parcerias entre essas categorias é a melhor forma para trabalhar as orientações. Precisa ser um trabalho constante para evitar doenças e outros problemas locais.

É muito importante estabelecer acordos de uso das cacimbas e privadas, por exemplo, para os visitantes que vêm de fora, para conhecer as aldeias e não só fazer a conscientização dos que moram na aldeia, como também daqueles que vêm para visitar as famílias.

Importante também procurar fazer intercâmbios para conhecer as experiências de saneamento básico em outras TIs e regiões.





Aprender fazendo:

A proposta é que o monitor aplique em sua comunidade, particularmente envolvendo as mulheres, os alunos da escola local, os professores e agentes indígenas de saúde e saneamento.

Todas as atividades realizadas junto com os estudantes da escola devem ser preparadas em parceria com os professores e concebidas como parte dos conteúdos pedagógicos escolares.

O uso da língua indígena deve ser priorizado sempre que possível, tanto nas práticas orais como nas atividades escritas. De acordo com a realidade local, pode-se atuar em contexto bilíngue.

1 - Visita às fontes de água da aldeia e diagnóstico sobre a situação das águas na aldeia

Visitem as fontes de água locais, avaliando durante o passeio como está a situação de conservação e proteção dos recursos hídricos usados no dia a dia.

Depois, todos podem se reunir na escola ou no kupixawa para fazer um debate, com registro na forma de levantamento, avaliação e sistematização coletiva da situação dessas fontes de água e propor um planejamento para o manejo, recuperação e proteção dessas fontes de água.

2 – Proteção de cacimbas

Cercar e cobrir as cacimbas usadas pela comunidade. Na atividade, levar em conta que o ambiente no entorno da cacimba não deve ser frequentado por animais que pisoteiam e defecam no local.

Outra ação estratégica é o plantio no entorno da cacimba, para a recuperação da mata ciliar, com espécies bem adaptadas a solos úmidos, como o buriti e o ingá.

3- Placas educativas

As placas educativas, escritas na língua indígena e na língua portuguesa, são usadas para ajudar a orientar sobre o manejo do lixo e dos recursos hídricos na aldeia. A proposta é identificar os locais onde as placas podem ser instaladas e os alertas e mensagens que as placas devem transmitir aos moradores e visitantes da aldeia. A confecção das placas é também uma possibilidade de se colocar em prática a escrita da língua indígena e utilizar desta ferramenta para fortalecer ações de educação ambiental. As placas têm a sua produção de modo livre, guiada pela criatividade de cada artista.

Abaixo, alguns exemplos de placas:

Em volta da cacimba, só árvores. Nada de porcos nem lixo!

Vamos cuidar da nossa água!

Não jogue lixo no chão!

Não deixe lixo na cacimba!

Que materiais utilizar? Madeira, pincel, tinta, martelo e prego.

Instalação das placas: decidir os locais e fazer a instalação das placas.

Ao final responda estas perguntas:

- 1.** O que você achou mais relevante dentre os conteúdos das aulas de educação ambiental sobre manejo de recursos hídricos?
- 2.** Você achou difícil realizar algumas das atividades? Por quê?
- 3.** Que temáticas você acha que poderiam ser mais trabalhadas em relação ao manejo das águas e de outros recursos naturais, pensando na realidade da sua terra indígena e aldeia?

LISTA DE SIGLAS

AAFI – Agente Agroflorestal Indígena

AER – Avaliação Ecológica Rápida

AISAN – Agente Indígena de Saneamento

AIS – Agente Indígena de Saúde

AMAAIAC – Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

ASAREAJ – Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá

CONDISE – Conselho Distrital de Saúde Indígena

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CFPF – Centro de Formação dos Povos da Floresta

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CNS – Conselho Nacional de Seringueiros, atual Conselho Nacional das Populações Extrativistas

CPI – Acre – Comissão Pró Índio do Acre

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura no Acre (CONTAG)

CORINES – Coordenadoria de Registro e Inspeção Escolar

DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre

MPF – Ministério Público Federal

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

OPIRE – Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira

OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá

OPITARJ – Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão

PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental

PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

RG – Registro Geral

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SERNANP – Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Peru

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TI – Terra Indígena

UNI – União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI).

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza



REFERÊNCIAS

ACRE, Governo do. **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Alto Rio Purus**. CPI-Acre, 2016, p. 23.

ALMEIDA, Mauro Barbosa **W. Direitos à Floresta e Ambientalismo: seringueiros e suas lutas**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a03v1955.pdf>. Acesso: 11 /12/2020.

BRASIL, **INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 35** que disciplina as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do Perfil da Família Beneficiária, de 27 de dezembro de 2013.

Brasil. 2012. Decreto n. 7.747, de 5 de junho de 2012. **Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI**, e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm>. Acessado em: 30 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil**. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

COELHO, Maria Emília. **Relatório da Reunião de socialização de informação e trabalho de campo da "Capacitação sobre Governança em Áreas Protegidas"** no Parque Estadual Chandless. 2018.

COMANDULLI, Carolina Schneider. **Entrevista com Ashaninka Francisco Piyãko, uma das lideranças da Associação Ashaninka do Rio Amônia - APIWTX**. BRASILIANA- Journal for Brazilian Studies. Vol. 5, n.1 (Nov, 2016). ISSN 2245-4373.

CPI-ACRE. **Aprendendo com a Natureza e Conservando Nossos Conhecimentos Culturais**. CPI-Acre, 2006.

CPI-ACRE. **Discutindo problemas, pensando Soluções**. CPI-Acre, 2007.

CPI-ACRE. **Etnomapeamento da Terra Indígena Mamoadate**. CPI-Acre, 2016, p. 79.

CPI-ACRE. **Nossa Biodiversidade, Nossa Vida**. CPI-Acre, 2017.

CPI-ACRE. 2020. **Povos e Terras Indígenas do Acre. Rio Branco – AC**. Disponível em: <http://cpiacre.org.br/conteudo/povos-e-terras-indigenas/> .

CPI-ACRE. **Relatório da I Oficina de Monitoramento e Vigilância da Terra Indígena Mamoadate**. CPI-Acre, 2015.



CPI-ACRE. **Relatório do Curso de Manejo, Uso do fogo e Desenvolvimento de Capacidades Técnicas.** CPI-Acre, 2020.

CPI-ACRE. **Relatório do X Curso de Formação de AAFIs.** CPI-Acre, 2004.

FOREST TREND. **Governança Territorial Indígena na América Latina,** 2016.

KAXINAWA, M. Edson; KAXINAWA Ixã; e KAXINAWA S. Ibã Isaias. **Índios no Acre: História e Organização.** Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC Acre 2002).

GAVAZZI. Renato Antonio. **Contribuição dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre para o Equilíbrio do Clima.** AMAAIAC, Rio Branco, 2018.

GUAJAJARA, Sonia. **Entrevistas – Sonia Guajajara. Rede TVT,** 2019. <https://www.youtube.com/watch?v=QWPVOrlhfs&t=918s>

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos Indígenas.** Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de Unidades de Conservação: Guia sobre sua criação e funcionamento.** 2009.

PEREIRA, Luis Fernando. **Legislação ambiental e indigenista: uma aproximação ao direito socioambiental no Brasil.** Rio de Janeiro, Museu do Índio/IEPÉ/FNMA/MMA. 2010, 1ª reimpressão, 2014.

PINEDO, Maria Luiza. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre). **Gestão Territorial e Ambiental das Áreas Naturais Protegidas do Município do Jordão,** 2018.

POVO MANXINERU. **Protocolo de Consulta dos Povos Jaminawa e Manxineru da Terra Indígena Mamoadate,** 2019. Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre).

RAMALHO, M., Ana Luiza. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre). **Relatório Descritivo de Viagem de Assessoria às Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão Baixo Rio Jordão,** 2015.

Rede de Cooperação Alternativa, **Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira-os percursos da RCA.** RCA. 2013.

RIBEIRO F. Estevão. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI- Acre). **Relatório Gestão Territorial e Ambiental Integrada das ANPs de Assis Brasil: Gestão integrada para a proteção dos territórios,** 2019.



SEBRAE. COOPERATIVA. **SÉRIE EMPREENDIMENTOS COLETIVOS**. 2014, p. 39.

UICN. **Diagnóstico Situacional de linha de base – atualizado**. Projeto Amazônia 2.0 Rio Branco, 2020, p. 112.

UICN. **Plano Orientador do Monitoramento Florestal em Terras Indígenas e Unidades de Conservação**. Projeto Amazônia 2.0 Rio Branco, 2020.

OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Alto Rio Purus, 2016.

Relatório do X Curso de Formação de AAFIs, 2004. Arquivo CPI-AC

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Mamoadate, p. 79, 2016.

Relatório da I Oficina de Monitoramento e Vigilância da Terra Indígena Mamoadate. CPI-Acre, 2015.

Legislação ambiental e indigenista: uma aproximação ao direito socioambiental no Brasil / Pereira, Luis Fernando. Rio de Janeiro: Museu do Índio: IEPÉ: FNMA: MMA, 2010. 1ª reimpressão, 2014

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm
acessado em 12/11/2020

Relatório da I Oficina de Monitoramento e Vigilância da Terra Indígena Mamoadate. CPI-Acre, 2015.

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Alto Rio Purus, 2016, p. 23

Plano de Manejo do Parque Estadual Chandless, volume 1, 2010, p. 168.

Relatório do Curso de Manejo, Uso do fogo e Desenvolvimento de Capacidades Técnicas. CPI-Acre, 2020.

Portaria da SEE/AC N.º 2322/97

Parecer (CEE) N.º 101/2009, de 27 de novembro de 2009 e Resolução 236/2009, de 21 de dezembro de 2009.





Para saber mais



Há muitas informações complementares aos temas da cartilha que podemos ser acessados na Plataforma Amazônia 2.0. Além disso, preparamos os conteúdos do curso na plataforma Google Sala de Aula.

Na sala de aula virtual vamos encontrar todos os conteúdos que apresentamos na cartilha e também materiais de apoio como apresentações, animações e vídeos que vão ajudar a entender melhor as temáticas de cada fascículo. Você pode consultar o **[link aqui:](https://amazoniadospuncocero.com)** **<https://amazoniadospuncocero.com>**



Escritório da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)
CLN 210, Bloco C, Sala 205-208 - Asa Norte, Brasília. DF, Brasil. 70862-530
+55 61 35472588 www.iucn.org

Financiado por



União Europeia



Parceiros

